

FEBRABAN



CAFÉ COM
SUSTENTABILIDADE

**ADEQUAÇÃO SOCIOAMBIENTAL
DE PROPRIEDADES RURAIS**



CAROS (as) LEITORES (as)

A FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos – apresenta o conteúdo do 28º Café com Sustentabilidade, uma iniciativa que visa contribuir para o amadurecimento dos debates em torno de temas relacionados à sustentabilidade e que afetam o dia-a-dia dos bancos e seus stakeholders. Iniciada em 2007, a série de cafés da manhã reúne representantes de bancos associados, de organizações sociais, governamentais e não-governamentais, de federações, empresas de consultoria, escritórios de advocacia e formadores de opinião.

Com a publicação, a FEBRABAN acredita ajudar na disseminação e multiplicação de conhecimentos e experiências, contribuindo para promover a reflexão crítica e qualificada sobre práticas sustentáveis. A presente edição traz o conteúdo apresentado e debatido em 31 de outubro de 2012.

O vídeo do encontro, assim como as apresentações dos palestrantes, estão disponíveis no site da FEBRABAN www.febraban.org.br

Boa leitura!

Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade – FEBRABAN

APRESENTAÇÃO



Há uma crescente demanda por parte dos mercados consumidores para que a atividade do agronegócio adote práticas ambientais sustentáveis. Trata-se de uma exigência recente, que tem obrigado governos, empresários e o setor produtivo a procurarem se adequar a essa nova realidade. Se antes poucas pessoas tratavam desse assunto, não só por desconhecer o conteúdo da legislação e do Código Florestal, hoje a questão virou um tema presente até nas redes sociais. A adequação socioambiental das propriedades rurais se tornou o grande desafio para o agronegócio brasileiro. Esse é o tema do 28º Café com Sustentabilidade, promovido pela FEBRABAN em 31 de outubro de 2012. Para debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas:

Henrique Santos, da organização não-governamental The Nature Conservancy (TNC) e Fernando Sampaio, diretor executivo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC).

Na mediação do evento, a convidada foi a gerente de Responsabilidade Social Corporativa do Rabobank International do Brasil, Daniela Mariuzzo, que já atuou em parceria com os dois palestrantes. Por trabalhar numa instituição financeira focada no agronegócio, a mediadora lembrou que é preciso oferecer ao produtor rural as melhores ferramentas para que eles possam atender as exigências legais e ainda serem lucrativos. “Quando falamos no tripé, que dá sustentação a esse setor, consideramos as partes social, econômica e ambiental. Contudo, há uma tendência em olhar o lado ambiental e social, deixando a parte econômica de lado. O grande desafio é as instituições financeiras se envolverem mais na cadeia de produção de alimentos”, disse. Para ela, é importante que outros bancos, mesmo que não especializados no setor, também estejam presentes com o resto da cadeia produtiva, pois são importantes elos que processam os alimentos, como indústrias, varejo e empresas distribuidoras.



FERNANDO SAMPAIO

Em sua apresentação, Sampaio procurou desmitificar algumas visões sobre a atividade agropecuária no Brasil, sobretudo a de que a atividade causa desmatamento. Representando a ABIEC, entidade de classe que reúne dez das maiores indústrias frigoríficas do País, responsáveis por 90% da exportação de carne bovina do país, ele iniciou sua exposição lembrando o processo da expansão populacional brasileira, em que sucessivos governos incentivaram uma ocupação das regiões Centro-Norte do território nacional, especialmente depois da construção de Brasília. Essa expansão se deu com apoio de grandes obras de infraestrutura e programas de colonização, numa velocidade surpreendentemente. “É difícil ver um negócio desses em qualquer outro lugar do mundo. Isso

aconteceu na América do Norte há 150 anos e, no Brasil, só nos últimos 30 anos”, afirmou.

Historicamente, a pecuária é uma atividade tipicamente de fronteira, que abre espaço para outras atividades econômicas porque ela permite avançar sobre regiões onde não há estrutura, estrada e indústrias, explicou. “Por causa disso, relaciona-se muito hoje a questão da pecuária com a questão do desmatamento. Estamos sofrendo com isso na mídia internacional e nacional, na imagem da carne que exportamos”, disse. Sampaio afirmou que a pecuária não está mais expandindo sua área de atuação. E mais: os pecuaristas vêm cedendo antigas áreas de pasto para a agricultura, em cultivos de soja, cana e eucalipto.

“Temos um potencial imenso para o aumento de produtividade da pecuária e sabemos que a intensificação dessa atividade é fundamental também para melhorar o desempenho da agricultura que, em vez de crescer em cima da área de floresta, vai crescer em cima de área de pasto”, declarou.

De acordo com o representante da ABIEC, a atividade não precisa mais de uma expansão territorial para continuar produzindo. Segundo

ele, a própria pecuária pode atender à demanda doméstica e internacional pelos próximos 30 anos com uma área muito menor do que a ocupada hoje.

Sampaio exemplificou essa tese com os números atuais da produção entre brasileiros e norte-americanos. O Brasil tem 200 milhões de cabeças e produz 9 milhões de toneladas de carne. Os Estados Unidos possuem um rebanho que chega a ser metade do brasileiro, mas produzem mais carne. Isso significa, explicou ele, que há ainda um potencial alto para ser explorado, conseguindo, assim, atender às necessidades do mercado.

“Uma coisa é a realidade da pecuária nacional, que está incorporando cada vez mais tecnologia e, nos últimos 15 anos, diminuiu a área de pasto e aumentou a produtividade.”





Sem fugir da explicação sobre o mito do desmatamento causado pela pecuária, o representante da ABIEC salientou que é preciso um olhar mais atento ao que está acontecendo na chamada fronteira agrícola, região onde a derrubada de árvores é intensa e, somente após a exploração da madeira, aquela área, já desgastada, acaba virando um pasto. Segundo ele, é um erro fazer a correlação de que o objetivo de um desmatamento é a criação do pasto. “O negócio da fronteira agrícola é basicamente imobiliário. As pessoas vão para

a fronteira porque enxergam, pela falta de governança, uma oportunidade de incrementar patrimônio”, disse. Citando uma pesquisa da Universidade de São Paulo, Sampaio afirmou que a pecuária aparece como consequência do desmatamento – e não a causa. “A pessoa desmata, ocupa um pedaço de terra e coloca boi ali para dizer que aquele espaço é dele. Ou seja: o problema do desmatamento na fronteira é realmente motivado por razões imobiliárias. Isso se deve à falta de gestão territorial naqueles municípios”, resumiu.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cada vez mais, os mercados pedem que o lucro das empresas seja produzido de forma responsável, e isso vale também para o mercado da carne. Tanto o consumidor de carne e de couro quanto o mercado financeiro, ninguém quer colocar dinheiro numa atividade que pode estar relacionada com algo ilícito, explicou Sampaio. Num espaço muito curto de tempo, cerca de 10 anos, o Brasil passou a ser o maior exportador de carne do mundo - período em que as indústrias passaram por um processo de profissionalização, de internacionalização e viram-se pressionadas a tomar conta da sua cadeia produtiva.

Sampaio informou que a ABIEC tem disponível um programa de monitoramento para o fornecimento de carnes aos seus associados. Por meio dele, é possível cruzar informações e descobrir quais fornecedores dentro do território nacional não têm impedimentos legais e quais produtores estão com problemas. Por meio desse mapeamento, é possível localizar a Amazônia legal e o bioma Amazônia, a região do Arco do

Desmatamento, as terras indígenas, as unidades de conservação e as indústrias frigoríficas que foram atrás do boi, que realmente foi para a Amazônia, para o Belém do Pará e para o Mato Grosso. Mas o representante da ABIEC alertou que mesmo o monitoramento da entidade pode, em alguns casos, não ser suficiente.

“A informação que tenho sobre grande parte desses fornecedores é ruim. Às vezes, a única coisa que sei dele é um ‘pontinho de GPS’. Antigamente, a única pessoa da indústria que sabia onde era a fazenda era o motorista que ia buscar o boi”, lembrou.

Porém, à medida que a indústria começou a se organizar para monitorar melhor a cadeia produtiva, essa informação foi sendo melhorada e incorporada na parte comercial e de sustentabilidade. A questão é que, quando há pouca informação georreferenciada sobre o fornecedor, torna-se difícil diferenciar se o boi está localizado na propriedade ou numa área em volta, onde provavelmente possa ter alguma reserva indígena ou protegida por lei. Esse problema não ocorre se houver informações precisas sobre o perímetro da fazenda produtora.





“O grande problema que temos hoje é que muitos enxergaram a indústria como um instrumento para forçar uma regularização fundiária, ambiental ou trabalhista em cima da produção pecuária”, criticou Sampaio. “É muito mais fácil você punir alguns frigoríficos do que pegar milhares de pecuaristas”, acrescentou.

O representante da ABIEC afirmou que essa é a postura do Ministério Público, que está usando termos de ajustes de conduta para fazer com que as indústrias exijam dos pecuaristas o cumprimento da legislação. Supermercados e bancos, inclusive o BNDES, também optaram por fazer a mesma coisa. “A indústria se viu pressionada por esses elos para exigir a regularização desses produtores. O grande efeito colateral disso é que hoje trabalhamos num mecanismo de exclusão.”

O perigo da exclusão é de essa prática estar fomentando uma cadeia paralela de comercialização de carne, piorando a situação, explicou Sampaio. “Quando uma fazenda tem uma suspeita de irregularidade, o frigorífico pode escolher não assumir o risco. Mas isso não resolve o problema porque, se eu não compro, alguém está comprando”,

acrescentou. Outro risco é fazer com que aquele pecuarista, que precisa de renda para viver, ao ser impedido de vender o boi, vai procurar uma fonte de renda mais próxima, explorando madeira e carvão.

Há também uma série de compromissos assinados com prazos e critérios diferentes em relação a desmatamentos, conflitos agrários e outras cláusulas. Essa nova situação acabou por dificultar o dia-a-dia dos frigoríficos. Quando uma empresa vai comprar um boi, ela precisa saber se o animal se encaixa em todos esses critérios, e as fontes de consulta às vezes inexistem, criticou Sampaio.

“Uma coisa é uma lista do Ibama, outra é saber se o produtor está numa terra indígena. E outra é pesquisar qual o status dessa terra. Onde está a fonte que concentra essas consultas?”

Segundo o representante da ABIEC, são as grandes indústrias, com capital aberto e que fazem investimentos, as que mais têm sido penalizadas com essa situação. E advertiu: “Não adianta eu ter três associados que cumprem todos os critérios quando metade do abate nacional não cumpre nem o critério sanitário ou tampouco a inspeção

federal, pois são frigoríficos municipais e estaduais. Quero dizer que tudo bem se uma JBS, Marfrig e Minerva não compram aquele boi que não está legalizado. Mas existe todo o resto de uma parcela que está comprando esse boi. Não se resolve o problema assim.”

A ABIEC, preocupada em dar um salto de qualidade nesse ambiente de negócios, trabalha para elaborar uma nova proposta, consensual, que permita à indústria atuar de forma legal. “Uma das propostas que chegamos era criar um rating para a operação pecuária. Seria dado com base na situação geográfica daquela localidade (quanto melhor a informação que ele me passa, melhor pode ser a nota dele). Essa classificação pode ser baseada em documentos, na presença nessas listas, ou até, no futuro, esse rating pode incorporar a situação interna das fazendas, de boas práticas, de situação dos trabalhadores”, explicou. Sampaio frisou que se trata, por enquanto, de um conceito, ainda sendo estudado. Por meio dessa classificação, os produtores receberiam notas, como um ‘A+’ para que tem desmatamento zero, sem problemas de qualquer natureza, documentação e licença ambiental em dia. Já um ‘D-’ seria atribuído para alguém cujas informações são escassas ou que está realmente com problemas.

Segundo ele, esse método serve para a indústria, o banco, os vendedores de insumos e as seguradoras. Esse conceito é vantajoso porque favorece o produtor que queira passar essa informação voluntariamente. O rating também serviria para os frigoríficos, já que cada um possui seu fornecimento e ele estaria distribuído nessas notas. “Como frigorífico, eu poderia estabelecer um programa com metas voluntárias para ir melhorando ao longo do tempo. Mas para se criar uma lógica na qual, depois de um determinado horizonte de tempo, toda a cadeia siga o mesmo critério, é essencial resolver o problema da falta de ambiente de negócios.” Sampaio defende a implementação efetiva do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que está previsto na legislação ambiental. Alguns Estados já possuem o cadastro, que tem se mostrado um instrumento fundamental para que o poder público tenha a capacidade de gestão territorial. Por meio dele, é possível descobrir quem está fazendo o quê, seja

“O que estamos tentando fazer é vender um conceito, uma ideia que pode ser trabalhada e que servir para a indústria frigorífica e também para o setor financeiro. Essa nota, na verdade, é a tradução do risco daquela operação pecuária”, afirmou Sampaio.



num território, num município ou numa região, o tamanho da propriedade e sua real localização. Para o representante da ABIEC, é preciso que ele seja adotado em outros lugares para se tornar uma ferramenta realmente útil, inclusive para a obtenção da nota de rating.

De acordo com o palestrante, a TNC tem experiência na implementação do CAR, estando por trás dos municípios que até agora conseguiram

“O produtor que tiver o CAR, que é o primeiro passo para uma regularização ambiental, vai ter uma nota muito melhor que outros.”

efetivamente cadastrar suas terras. Sampaio afirmou que a ABIEC não se opõe à exigência do Ministério Público de exigir que os frigoríficos peçam o CAR em todos os lugares, mas que isso, na prática, se torna um gargalo para o setor. Isso se deve ao fato de que o cadastro não vai ser expandido para todas as localidades tão cedo. A proposta é usar o CAR como um mecanismo de gestão, e não como uma ferramenta que apenas determine o rating. “Essa plataforma que a ABIEC tem hoje, que é uma plataforma geoespacial, serviria para armazenar esses dados. Eu, como membro da associação, teria um banco de dados com todos os meus fornecedores e os dos meus associados”, explicou.

Dessa forma, a plataforma em estudo serviria para toda a cadeia da pecuária, facilitando a

obtenção de informações como onde o boi está concentrado, o uso da terra, se o pasto é limpo ou sujo, se tem infraestrutura, ocorrências sanitárias, áreas de saneamento.

Sampaio afirmou que essa plataforma permitirá à iniciativa privada definir quando vale a pena investir na pecuária, mostrando quais são as áreas onde existe muito risco ou onde a atividade não deve ser incentivada. Além disso, o setor privado teria a oportunidade de criar relatórios, programas de marketing, informações de nicho de mercado baseados nesse sistema de rating.

“É interessante que o Ministério da Agricultura está lançando um núcleo de inteligência territorial, para fazer exatamente o que estamos propondo aqui”, afirmou.

Ao finalizar, Sampaio enfatizou que a plataforma que se pretende criar não tem a menor intenção de fazer com que a indústria frigorífica dê uma nota para produtor, pois isso geraria uma relação conflituosa com os pecuaristas. “A ideia é que se tenha uma governança disso e que toda a cadeia faça parte. Portanto, o rating será dado por um sistema com governança, e nós seremos meros usuários dessa classificação”, reforçou. “Trata-se apenas de uma proposta e não vale só para a Amazônia. Ela pode ser aplicada em todo o território nacional, num prazo curto, porque já temos boa parte disso implantado.”





HENRIQUE SANTOS

Em sua apresentação, o engenheiro agrônomo Henrique Santos falou sobre a atuação da The Nature Conservancy (TNC) no Brasil, mostrando que ela se baseia numa lógica mais estratégica de conservação e distante da política "confrontacional". Ele atua há 7 anos na TNC, enquanto a organização já está no país desde 1988. Presente em 36 países, a TNC iniciou suas atividades nos Estados Unidos há mais de 50 anos com a proposta de compra de terras para conservação.

"Nossa política é ouvir todos os lados e ver quais paradigmas devem ser derrubados e como podemos colocá-los no chão", afirmou.

Essa estratégia foi adotada nos primeiros anos no país, mas já vem sendo substituída por outras ações definidas pelo conselho da entidade, constituído por membros como o ex-ministro Roberto Rodrigues, J. Macedo e outros.

Santos explicou que a TNC se pauta por cinco pilares de atuação. Começa pela adequação

ambiental de propriedades rurais, o Cadastro Ambiental Rural (que envolve o planejamento ambiental da paisagem e não pode se um cadastro isolado, o que incluirá as reservas legais e as APPs), as boas práticas agrícolas (a TNC não é um órgão de extensão agrícola, mas é importante discutir as questões relacionadas às boas práticas), passa pelo pagamento de serviços ambientais e encerra-se com a restauração da propriedade (o grande desafio de se colocar na agenda pós-CAR).

O representante da TNC rememorou a primeira iniciativa de Cadastro Ambiental Rural, no ano de 2005, em conversa com o Rabobank. Com o Ibama, a organização começou a fazer o cadastro no entorno do Parque Nacional de Emas, em Goiás. Nesse projeto, foram testadas as primeiras metodologias dessa visão do CAR.

Com a empresa Caterpillar, a TNC fez o cadastro na bacia hidrográfica de São Lourenço e, com a Cargil, foi feita uma iniciativa com os clientes da empresa no entorno de um porto de Santarém, que apresenta brigas de licenciamento.

Em 2006, a organização iniciou o Lucas Legal, um projeto municipal de cadastro, que envolveu a



"Estamos evoluindo na questão de identificar desmatamentos, mas ainda tem um nível de precisão que requer melhorias na resolução."

Singenta, o Rabobank (no começo da empreitada), a FiaGril, uma empresa local, e a Sadia. "Esse projeto foi emblemático porque aconteceu quando começamos a dar escala nos projetos de cadastramento ambiental rural", explicou Santos. No término do cadastramento, ao continuar com a etapa de regularização, aconteceu algo inesperado: o governo passou a penalizar os cadastrados em vez de fornecer a eles a regularidade da reserva local.

"Passamos por um momento bastante nebuloso porque fizemos o projeto para facilitar e os beneficiários começam a ser multados. Mas aí veio o MT Legal, que era um programa de incentivo à regularização, mostrando pela primeira vez o CAR como ferramenta de incentivo", lembrou.

Com a política, quem aderisse ao programa teria suas multas suspensas dentro de um processo de regularização. Como se tratava basicamente de soja e grãos, foi possível viabilizar o projeto "Soja mais Verde", no Mato Grosso. Com o próprio governo, a Apro Soja e outros, procurou-se resolver o problema da soja em termos de cadastro ambiental rural.

No mesmo ano, em Paragominas, antiga "Paragobalas", a TNC atuou com vários parceiros, como o Imazon, a Prefeitura e a Dow, para fazer não só um cadastro mais completo, como também incluir a gestão territorial do município. No norte da Bahia, essa iniciativa foi levada adiante num trabalho conjunto com o Ministério da Integração e outros. Santos lembra que essas iniciativas pioneiras propiciaram o aprimoramento das políticas conservacionistas. Em 2009 e 2010, depois de muita conversa e negociação, o governo do Mato Grosso aperfeiçoou o MT Legal, dando mais legitimidade ao processo, enquanto o governo federal criou o programa Mais Ambiente. É nessa etapa que o CAR se tornou nacional, porém ainda com uma política de adesão a um programa de regularização. Nesse período, a TNC trabalhou com a produção de cana, no Mato Grosso do Sul e outros. Em 2011, o desafio da organização foi dar escala ao CAR. A entidade conseguiu aprovação de um projeto no Fundo Amazônia, por meio do BNDES, além de obter recursos do Ministério do Meio Ambiente. Com os dois projetos, a TNC ficava responsável por fazer o cadastro de 25 milhões de hectares no Mato Grosso e no Pará.



“Só tínhamos um probleminha: isso ocorria no meio da guerra do Código Florestal. Quem vai aderir um projeto no meio dessa discussão onde vários benefícios aconteceram?”, lembrou.

Santos afirmou que a trajetória da TNC não deve ser seguida como uma “receita de bolo”, mas que alguns pontos devem ser considerados antes de se adotar um modelo definitivo. O primeiro é em relação à base de dados, que precisa ser consistente, pactuada com quem licencia, e com o Estado sendo capaz de operar com ela. Outro ponto importante é a questão da imagem de satélite. “Estamos evoluindo na questão de identificar desmatamentos, mas ainda tem um nível de precisão que requer melhorias na resolução. Essa tecnologia precisa ser barata porque o projeto está começando a dar escala”, disse.

O conjunto de imagens é essencial para a definição dos mapas, que precisa ser georeferenciado para garantir que a informação esteja correta. Além do intenso trabalho de campo, todos os dados são processados num potente sistema computacional para a obtenção de imagens perfeitas para a interpretação do uso do solo. É nessa etapa que a base do CAR agrega informações fundamentais, como tipos de vegetação, percentuais de reserva legal, condições das estradas (para estabelecer rotas de ida e vinda do boi), hidrografia e divisas de propriedades.

A TNC possui um conjunto de imagens de 2008, ano de referência do novo Código Florestal,

“Podemos atualizar uma propriedade e entender se, de 2008 para 2012, houve melhoras ou pioras, desmatamento ou recuperação de terras, após o CAR”.

que poderá ser cruzado com imagens recentes, permitindo revelar a dinâmica de desmatamento.

Santos afirmou que, em todos os municípios de atuação da TNC, são obtidas informações de área explorada, remanescentes, hidrografia, sistemas viários e APPs degradadas. Ele lembrou que no código anterior havia 86 mil hectares de APPs degradadas, mas há um custo muito alto para serem recuperadas. “Também temos um desafio: políticas públicas ligadas à geração de emprego e renda com o novo Código Florestal efetivamente funcionando.”

Antes de serem compilados, cada dado passou por um processo de varredura, com o objetivo de não deixar ninguém de fora na definição das propriedades. As informações complementares são obtidas com sindicatos, prefeituras e outras fontes. “Nessa fase, fazemos o processo de ajuste da base para só então ir a campo com o mapa pronto e equipes estruturadas para fazer o trabalho. É quase uma “operação de guerra”, diz. “Para cada lugar, definimos um arranjo de equipe que se adapta:



peçoal nosso, do sindicato, pessoa física, pessoa jurídica, funcionários da prefeitura, etc.”

Propriedades que não têm interesse em participar do mapeamento ficam de fora, mas a média da TNC é de 90% dos acessos liberados. Também são excluídos os casos de conflitos de ocupação de propriedades. Quando todos esses dados são incluídos, encerra-se a confecção dos mapas e pode-se gerar um relatório.

“Quando começamos o CAR, em 2005, cada ‘mapinha’ desse custava cerca de 500 a 1000 reais. Se estivéssemos trabalhando dessa maneira, ainda estaríamos gastando muito dinheiro”, afirmou.

Contudo, já foi desenvolvida uma ferramenta para aprimorar essa técnica, e a TNC procura agora entender como compartilhar essas informações para dar escala na conservação.

O engenheiro agrônomo ressaltou que ainda há imperfeições nos cadastros e que um dos motivos é que algumas bases não funcionam adequadamente, o que fica visível no mapa. Apesar dos problemas, Santos afirma que a tecnologia está melhorando. “O CAR não nasceu do nada! Nasceu por conta de uma ação do Ministério do Meio Ambiente, há 15 anos, quando foi criado o sistema de licenciamento

da propriedade rural. Participei desse processo”, ressaltou. “Antigamente trabalhávamos com imagem Landsat, que tinha uma margem de erro enorme, e era ‘a melhor coisa do mundo’. Hoje a plataforma está muito melhor.”

O grande desafio atual é mobilizar as pessoas para ingressar no sistema da TNC. Santos lembrou que não havia quem se dispusesse a fazer parte do projeto pioneiro. “A própria Federação da Agricultura do Mato Grosso não recomendava a participação no CAR oficial do Estado. Por quê? Porque o proprietário assinaria um TAC, com o compromisso da lei atual (na época). Ou seja: se ele tivesse algum ganho, teria de refazer tudo.” Com um trabalho de convencimento, a organização conseguiu que o cadastro ambiental entrasse na base do município.

“Desse modo, toda a informação já estaria pronta para subir para o sistema estadual.”

No entanto, ponderou Santos, apenas Pará, Mato Grosso e Rondônia operam hoje com o CAR no sistema estadual. E eles só aderiram por conta da pressão que sofreram com o desmatamento da Amazônia. É preciso, disse ele, um trabalho de mobilização, de sensibilização e de parcerias para que todos venham a aderir ao processo de CAR.

Nos últimos anos, a TNC conseguiu reunir mais de 3.500 proprietários em eventos e outras ações para conversar, informar e quebrar paradigmas. Nesses encontros, os proprietários podem tirar suas dúvidas sobre todo o processo. Essa estrutura é toda montada ou no sindicato ou na prefeitura e depende do arranjo local. O poder municipal é estimulado a fazer parte, e as prefeituras podem até participar da identidade visual do projeto. Isso já foi feito em Juína, no Mato Grosso.

“Queremos trazer frigoríficos, sindicatos, empresas que atuam na região e demais grupos para incluir no pacote.”

A TNC está ciente de que é preciso atuar em parcerias porque se trata de uma tarefa que exige vários arranjos com prefeituras, governos estaduais e federal. “Temos novos projetos agora acontecendo com a Cargil, Bunge, Fiagril, Caterpillar. É possível fazer, e não precisa ser a TNC. Todo nosso aparato está disponível para quem quiser usar”, garantiu.

Só no Mato Grosso, a organização já mapeou terras que correspondem aos territórios do Rio e do Espírito Santo juntos. Quando o CAR virou efetivamente uma política pública, a TNC criou a ferramenta CARGEL, hoje patenteada, que já está presente em dois de seis Estados em que a organização atua. Trata-se, contudo, de uma ferramenta que muitos Estados não têm recursos para financiar. Segundo Santos, a TNC procura apoio financeiro para desenvolver o sistema

que poderia se chamar “CARGEL.GOV”, com o governo fazendo sua gestão.

Santos apresentou a grande quantidade de dados que deverão ser atualizados com base no novo Código Florestal brasileiro. Para isso, contudo, é preciso uma boa base e um bom sistema. Segundo ele, a ferramenta CARGEL já está sendo atualizada para suportar novas atualizações. Por meio do BNDES, foi desenvolvido um portal ambiental municipal, que é capaz de monitorar, mas não licenciar. Esse sistema consegue, de forma online, identificar um desmatamento e o número de hectares destruídos.

“Ajudamos o Ministério na chave de adesão do programa ‘Mais Ambiente’, que é importante, mas não achamos que isso resolva”, afirmou.

Na opinião do representante da TNC, o CAR é apenas o começo de um processo, que poderá ser utilizado para compra responsável, para a quantificação de serviços ambientais, mensuração de carbono e boas práticas agrícolas, conservação da biodiversidade e planejamento de paisagem. Santos conclui sua exposição lembrando de um trabalho desenvolvido com o setor de soja, no qual é possível acessar no site da organização todas as boas práticas que as empresas sojicultoras utilizam. A TNC também possui vários projetos de pagamento por serviços ambientais, associados ao carbono e principalmente à água.

“Ajudamos o Ministério na chave de adesão do programa ‘Mais Ambiente’



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término das apresentações, a mediadora e gerente de Responsabilidade Social Corporativa do Rabobank International do Brasil, Daniela Mariuzzo, observou que embora o número de pessoas da plateia que trabalhavam diretamente com agronegócio estivesse em minoria, o tema desperta interesse porque o campo é muito promissor no Brasil. Ela alertou também que ainda é preciso desmitificar a imagem do produtor rural como uma pessoa fora da lei, e que só se conhecendo melhor a lógica desse mercado é possível ajudá-lo em seus dilemas e na busca de soluções, que ainda não estão prontas.

O DEBATE

Os dois palestrantes e a mediadora compuseram a mesa do debate do 28º Café com Sustentabilidade, que teve seu início com uma pergunta de um representante da indústria.

Márcio Napo, da JBS

Gostaria de pedir uma síntese do que temos hoje no novo Código Florestal com relação ao CAR e como ficaria o envolvimento no MT Legal, que pode expirar. Como será feita essa conexão para a legislação federal?

Henrique Santos

O código está valendo. Os Estados que têm sua legislação florestal hoje precisam cumprir a legislação mais restritiva. Temos um limbo aí, que é uma lei federal valendo, com vários benefícios, e algumas legislações estaduais. São Paulo não tem todo o conjunto das leis do Código Florestal, então, já vai poder adotar e utilizar o que normatiza a lei federal. Para a maioria dos Estados, recomendo baixar uma MP (Medida Provisória), cancelando a lei estadual, validando a nova legislação federal. O próprio MT Legal estaria desatualizado, pois é muito pautado na lei estadual. Sobre o CAR, o novo Código Florestal traz um tema chamado PRA (Programas de Regularização Ambiental), que vai ter que ser regulamentado e pautar como os Estados vão tratar dos licenciamentos, das aprovações do CAR, que, por sinal, substituirão a averbação da reserva legal. Temos ainda algumas questões sem resposta e estamos provocando o Ministério para soltar alguns regulamentos urgentes: um para o CAR, para estabelecer sua regra geral e resolver alguns pontos, como a possibilidade de se criar um “pré-CAR”.

É importante que isso seja regulamentado para definirmos outros assuntos, como o timing do “pré-CAR”, que seria perfeito se fosse contado a partir da definição do PRA. O PRA vai estabelecer as regras do jogo da regularização. Em nossas conversas com o Ministério, devemos pensar num



programa de política pública, que esteja no PPA, com o governo arcando com um pouco desse custo. A iniciativa privada também pode contribuir. Temos um período agora de 180 dias em que essas regulamentações, do CAR e da PRA, estabelecerão regras gerais e básicas.



Renata Piazon, advogada da área ambiental do Lobo & de Rizzo

Queria ouvir um comentário sobre essa proposta de rating, que achei superinteressante. Como você vê isso conversando com todos os protocolos de certificação de propriedade ou de produção que já existem no mercado internacional, além de outras iniciativas de criação de protocolos de certificação que acabaram não indo para frente em função de falta de consenso entre produtores, frigoríficos, sociedade civil e governo? Como ele poderá dar certo e ter os resultados que foram colocados aqui?

Fernando Sampaio

A certificação nunca foi encarada como uma solução para a pecuária. Tenho, em minha mesa, uma dúzia de protocolos de certificação e, no Brasil, apenas “meia dúzia” de fazendas são certificadas. Isso não funciona. Essa história do consumidor pagar mais por uma carne certificada é mentira. Alguns são capazes de pagar por isso, mas 86% da carne brasileira fica no mercado interno e uma minúscula parte dessa população vai pagar por certificação. A carne exportada está

indo para a Rússia, China, Irã. Nesses lugares, a preocupação socioambiental para a carne não está muito na pauta. Essa é uma realidade também para outras commodities agrícolas, como o açúcar. A certificação é, então, um nicho que pode ser desenvolvido no futuro, mas não é uma solução agora. Se formos focar apenas na certificação, então, excluiria 99% do meu fornecimento. Não funciona. A intenção do rating não é ser uma certificação. É tirar o produtor de uma escala binária, do compro ou não compro, e apresentá-lo a uma escala maior de opções, sem excluir produtores do mercado. É uma forma de incentivar os produtores que queiram melhorar sua situação. O rating também nos permite sair de uma zona cinzenta, diferenciando um produtor que invadiu uma terra indígena de outro, que teve uma terra indígena “jogada” em cima dele. Esse último tem o direito de ficar vendendo seu boi até que o Estado o indenize para sair dali. São situações diferentes que merecem notas diferentes. Em vez de excluir um produtor, aponto um caminho de saída para ele continuar sua vida. Quando excluimos um produtor, estamos passando uma mensagem de que é melhor ele ficar no “mercado paralelo”. A intenção do rating é proporcionar uma gestão de risco que diferencie essas situações.

Henrique Santos

Na própria lei, temos dois pontos que falam sobre esse assunto. Se você não aderir ao CAR, não vai ter o benefício que o código está colocando. Então, quem não aderir, não vai ajustar o seu passivo. O interesse dos proprietários de regularizar o seu passivo desde 2008 vem associado. A tendência é de que ele procure isso para poder ter acesso ao seu benefício. O segundo ponto que destaque é que, se em cinco anos, o proprietário não tiver o CAR, não poderá receber financiamento por parte dos bancos. Existe, na lei, esse artigo

específico para os bancos. Esses são alguns artifícios que a própria legislação estabelece. Com relação à averbação, tenho uma opinião bem crítica. Se averbação fosse boa, o Código Florestal não teria discutido isso nos últimos anos. Cartório não é o local de fazer o controle de desmatamento ilegal. O CAR, sendo um sistema poderoso em termos de qualidade de informação, poderá servir como ferramenta para monitoramento de desmatamento, de restauração, com qualidade e principalmente transparência para a sociedade.



CRÉDITOS

Redação
Agência Fato Relevante
Coordenação
Mário Sérgio Vasconcelos

Projeto Gráfico
Felici Design Estratégico
Fotos
Rafael Rezende



CAFÉ COM
SUSTENTABILIDADE
FEBRABAN

FEBRABAN – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS
AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 1485, 15º ANDAR | CEP 01452-921 | SÃO PAULO | SP

WWW.FEBRABAN.ORG.BR